



ACÓRDÃO Nº157/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11457/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA ZONA SUL.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Maria do Socorro Judith Bezerra (Ordenador de Despesa), Lúcia Maria da Silva Ramos (Ordenador de Despesa), Neulimar Farias de Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6676/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA ZONA SUL. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul – SPA Zona Sul, exercício de 2017, sob a gestão da **Sra. Lúcia Maria da Silva Ramos**, Diretora-Geral, no período de 01/01/2017 a 18/06/2017, do **Sr. Neulimar Farias de Lima**, Diretor-Geral, no período de 19/06/2017 a 26/10/2017, e da **Sra. Maria do Socorro Judith Bezerra**, Diretora-Geral, no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, nos termos do art. 22, III, “b” e “c” da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM), em virtude de graves infrações à norma legal e dano ao erário.
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Maria do Socorro Judith Bezerra**, Diretora-Geral, no período de 27/10/2017 a 31/12/2017 no valor de **R\$ 13.700,00** (treze mil e setecentos reais), nos termos do art. 54, II da Lei n.º 2423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002 (com alterações realizadas pela Resolução n.º 25/2012), por inobservância ao disposto no art. 42 Lei Complementar n.º 101/2000, referente à impropriedade elencada no item I



ACÓRDÃO Nº157/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do Relatório/Voto. A multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa à Sra. Lúcia Maria da Silva Ramos, Diretora-Geral, no período de 01/01/2017 a 18/06/2017, no valor de **R\$ 13.700,00** (treze mil e setecentos reais), nos termos do art. 54, II da Lei n.º 2423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002 (com alterações realizadas pela Resolução n.º 25/2012), por inobservância ao disposto no inciso XI, do art. 24, da Lei n.º 8666/1993, referente às impropriedades elencadas nos itens III e V do Relatório/Voto. A multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa aos Srs. Lúcia Maria da Silva Ramos, Neulimar Farias de Lima e Maria do Socorro Judith Bezerra, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), nos termos do art. 53, da Lei n.º 2423/96 c/c o art. 307, da Resolução n.º 04/2002, pelo dano cometido ao erário, referente ao item IV do Relatório/Voto. A multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Considerar em Alcance em caráter solidário, os **Srs. Lúcia Maria da**



ACÓRDÃO Nº157/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Silva Ramos, Neulimar Farias de Lima e Maria do Socorro Judith Bezerra, no valor de **R\$ 224.710,23** (duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e dez reais e vinte e três centavos), pelo dano cometido ao erário, nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 04/2002 – TCE/AM, referente ao item IV do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, **no prazo de 30 (trinta) dias**.

10.6. Recomendar ao Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA Zona Sul que nos exercícios subsequentes, provenha um melhor planejamento de seu estoque, de forma a contemplar a demanda atual e a reprimida por medicamentos e produtos de saúde, bem como proceda com a elaboração de Atas de Registro de Preço, facilitando as aquisições futuras e atendendo ao Princípio da Eficiência;

10.7. Recomendar ao Fundo Estadual de Saúde - FES que, caso a prática citada pela gestora na impropriedade do Relatório/Voto seja a adotada nos órgãos que dependam de suas receitas, adeque seus procedimentos ao disposto no art. 42 da LRF, de modo a não comprometer o orçamento do exercício subsequente com os Restos a Pagar do exercício anterior.

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Fevereiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alber Furtado de Oliveira Junior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral